



REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ARTICULAÇÃO POLÍTICA DOS GRUPOS SOCIAIS ÉTNICOS SUBALTERNOS NO PARANÁ COMO ESTRATÉGIA DE DISPUTA POR HEGEMONIA

*Rosângela Bujokas de Siqueira*¹

Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO

*Danuta Estrufika Cantoia Luiz*²

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Resumo

No Brasil, os conflitos envolvendo os povos tradicionais datam do período da colonização, no entanto, a organização política destes grupos é relativamente recente. Da soma das lutas pela terra e das pautas ambientais forjou-se, a partir de 1980, o sujeito coletivo povos e comunidades tradicionais, com uma diversidade de grupos étnicos. O objetivo do artigo é discutir o processo de articulação política de grupos sociais étnicos subalternos no Paraná, na fundação da Rede Puxirão, como estratégia de disputa e luta por direitos. A pesquisa qualitativa foi desenvolvida através de pesquisas bibliográfica, documental, observação e entrevistas com representantes destes povos. O texto discute: classes subalternas e disputa por hegemonia, trajetória de organização destes povos e a articulação da Rede Puxirão. Os resultados destacam que, enquanto grupos sociais étnicos subalternos, estes sujeitos vêm protagonizando lutas e conquistas, partindo de uma situação de desagregação e invisibilidade para a articulação político-coletiva, denotando um foco de construção de novas relações hegemônicas.

¹ Graduada em Serviço Social (UEPG), mestre e doutora em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG), professora do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), campus de Guarapuava – PR.

² Graduada, mestre e doutora em Serviço Social (PUC-SP), professora do Curso de graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, na mesma Universidade, em Ponta Grossa – PR.

Palavras-chave: Hegemonia. Classes Subalternas. Grupos Sociais Étnicos Subalternos. Povos Tradicionais.

Introdução

No Brasil, os conflitos envolvendo os povos e comunidades tradicionais datam do período da colonização, considerando as diversas etnias indígenas e os negros escravizados. As opções político-econômicas adotadas no desenvolvimento do capitalismo no país configuraram, ao longo do tempo, um cenário estrutural marcado pela concentração fundiária e dependência do capital externo, sustentando altos índices de desigualdade social e danos ambientais.

Esse processo agiu também para anular a existência dos diversos povos, de seus territórios e saberes tradicionais. As lutas pela terra, como uma expressão dos conflitos entre as classes sociais, somadas a pauta ambiental forjaram os povos e comunidades tradicionais como mais um dos sujeitos políticos das classes subalternas no país. Mobilizados no âmbito da sociedade civil, estes grupos sociais étnicos subalternos vêm se articulando politicamente, inserindo-se no campo das disputas por hegemonia.

Com isso, o objetivo deste artigo é discutir o processo de articulação política de grupos sociais étnicos subalternos no Paraná através da fundação da Rede Puxirão, como uma estratégia de disputa por hegemonia e luta por direitos³.

A natureza do estudo é qualitativa e contou com pesquisas bibliográfica e documental (legislações e material produzido pelos coletivos e movimentos dos povos tradicionais, como cartilhas e cartas de encontros), observação das reuniões de articulação dos movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais no Paraná (durante os anos de 2013 até 2016) e realização de entrevistas semiestruturadas com lideranças dos movimentos Faxinalense e Ilhéus do Rio Paraná e Assessoria Política da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

O artigo está dividido em três momentos de discussão: de início, se discute a questão das classes subalternas e da disputa por hegemonia, na perspectiva gramsciana; na sequência, a trajetória de organização política dos povos tradicionais no país, em

³ Este trabalho é parte de uma reflexão mais aprofundada realizada na tese de doutorado intitulada “Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais: possibilidades de disputa de hegemonia política no Paraná – entre 2007/2015”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/265>

movimentos sociais; por fim, o processo de articulação destes povos no Paraná, que culmina com a fundação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

Classes subalternas e disputa por hegemonia

O termo hegemonia foi originalmente uma categoria de uso militar, que passou a integrar a tradição marxista, sendo sistematizada por Antonio Gramsci (1891-1937). Esta categoria contribui “para explicar as formas específicas da produção e organização do convencimento em sociedades capitalistas e para pensar as condições das lutas das classes subalternas” (PRONKO, FONTES, 2012, p. 389).

Para Gramsci, a luta pela transformação das relações de opressão política e econômica existentes no sistema capitalista deveria ser travada no âmbito da sociedade civil, em detrimento da tomada abrupta de poder do Estado, conforme fora proposto por adeptos da revolução explosiva (COUTINHO, 2008).

Na consolidação da ordem capitalista, os processos de dominação impetrados pela classe dominante operavam no terreno político-cultural da hegemonia, escamoteando, suprimindo e marginalizando a história dos chamados grupos subalternos. Com isso, tais grupos tinham como característica a desagregação, a ausência de consciência política madura, a heterogeneidade e a multiplicidade (GRAMSCI, 2002; MONAL, 2003).

A noção de subalterno designa, em geral, a submissão de uma pessoa/grupo/classe a outras, ou seja, é parte do processo de dominação presente na sociedade, portanto, se relaciona com o Estado e com as relações de forças travadas no marco do capitalismo (SIMINONATTO, 2009).

As classes subalternas são compostas por uma diversidade de sujeitos, que sob a pressão do projeto hegemônico do capital, se encontram desagregadas. Neste sentido, a desagregação não é fruto da incompetência dos grupos subalternos, mas sim do intento dos grupos dominantes que escamoteiam a história e as iniciativas daqueles (GRAMSCI, 2002; DEL ROIO, 2007; SIMIONATTO, 2009).

Ao desconsiderar a história, a vivência dos grupos subalternos, o Estado, a partir do ponto de vista da burguesia, seguiu formulando suas concepções de direito, economia, educação, ética, etc., estabelecendo uma unidade no plano jurídico-formal e estendendo-a, ideologicamente, de forma unitária para toda a sociedade (SIMIONATTO, 2009).

Apesar disso, nas sociedades de capitalismo mais avançado, no plano da sociedade civil, mediante estratégias de resistência e luta política, operaram-se transformações

importantes, como a conquista do sufrágio universal, a organização de partidos de massas, sindicatos e a proliferação dos meios de comunicação, apontando a possibilidade de mudanças nas relações de poder existentes, com certa socialização da política (COUTINHO, 2008).

Dessa dinâmica decorre a percepção de que o Estado moderno não pode ser compreendido exclusivamente como aparelho burocrático-coercitivo, suas dimensões não se restringem aos instrumentos de governo, pois compreendem também a multiplicidade de organismos da sociedade civil, onde se manifestam interesses e valores (SEMERARO, 1999).

Neste sentido, esquematicamente, Gramsci pontou que “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encouraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000, p.244), desta forma, ampliou o conceito tradicional de Estado e para além “[...] dos aparelhos que concentram o monopólio legal da violência e visa a ‘dominação’ [...]” identificou a esfera dos “[...] dos organismos ‘privados’ e voluntários [...]” que se caracteriza pela elaboração e difusão de ideologias e dos valores simbólicos [...]” (SEMERARO, 1999, p. 74), como os meios de comunicação, as escolas, igrejas, empresas, movimentos sociais, entre outros.

E “Da concepção de ‘Estado ampliado’ decorre a tematização da sociedade civil, que, em sentido gramsciano, refere-se ao alargamento da esfera pública, espaço da construção da hegemonia e de formação de sujeitos políticos coletivos” (SIMIONATTO, 2008, p. 27). Por isso, destacamos que, no debate de Gramsci, apresenta-se de maneira clara a função que a sociedade civil ocupa dentro do Estado: é o lugar onde se decide a hegemonia (SEMERARO, 1999).

A hegemonia é algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978).

Tomando estes fundamentos, aqui trazidos numa síntese, para embasar nossa compreensão acerca das lutas de resistência travadas pelos grupos sociais étnicos subalternos, destacamos que a interpretação eurocêntrica da modernidade acabou forjando um mito, o de que a civilização moderna se autodescreve como mais desenvolvida e superior, sendo que tal superioridade obriga a “desenvolver” os povos mais primitivos e o processo educativo acaba sendo aquele seguido pela Europa. Desta forma, a violência da dinâmica de colonização foi interpretada como um ato inevitável do processo civilizatório (DUSSEL *apud* SCHERER-WARREN, 2013).

Este processo civilizatório expandiu, de forma hegemônica, as relações sociais capitalistas no Ocidente, impondo tal modelo de desenvolvimento político-econômico como universal, ignorando a pluralidade das relações sociais e identidades coletivas, como os territórios tradicionais, com suas formas coletivas de uso, na contramão do uso privado, característica típica dos territórios capitalistas (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2014).

Superar tais formações discursivas opressivas que nasceram, de forma contraditória, na modernidade, exige “des-cobrir” sua face ocultada: o mundo periférico colonial, o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, a criança e a cultura popular alienadas, etc. (DUSSEL *apud* SCHERER-WARREN, 2013).

Isso é possível a partir da assertiva de que, embora a hegemonia compreenda as tentativas (bem-sucedidas) da classe dominante de usar sua liderança política, moral e intelectual para sobrepor sua visão de mundo como universal, impondo seus interesses e necessidades aos grupos subalternos, ela não é uma força coesiva, pelo contrário, é preñe de contrastes e sujeita a conflitos (CARNOY, 2008), ou seja, aos embates contra hegemônicos, que contestam a hegemonia burguesa dominante.

Portanto, a articulação política dos grupos sociais étnicos é, a nosso ver, uma estratégia de disputa por hegemonia, colocando no árduo terreno das lutas políticas as pautas destes grupos das classes subalternas, gerando “brechas, pontos de cisão da hegemonia existente” (SCHLESENER, 2001, p. 29).

Articulação política dos povos e comunidades tradicionais no Brasil

No Brasil, ao longo do tempo, o processo de expropriação territorial gerado pelo desenvolvimento do capitalismo no campo determinou o cenário de organização política dos sujeitos que sofreram as situações de exploração e violência, forjando formas de lutas sociais contra hegemônicas.

A partir de 1940, as disputas territoriais se intensificaram no país, com o acirramento dos conflitos e das lutas pela posse e uso da terra, ganhando expressão as ligas camponesas, os movimentos de posseiros, movimentos de boias frias, assim como a emergência de sindicatos dos trabalhadores rurais e a criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária (SOUZA, 2005; SCHERER-WARREN, 2011).

Scherer-Warren (2011) alerta que a expansão econômica do Brasil foi sendo construída através de uma ampla aliança entre Estado, capital estrangeiro e capital

nacional, com a utilização máxima dos recursos naturais disponíveis e com o desenvolvimento agropecuário de grande porte. Neste projeto, somam-se investimentos em grandes obras de infraestrutura e de ocupação agropecuária, contudo, sem integrar as populações rurais locais. Para a autora citada, “[...] estes excluídos permitiram repensar estes modelos econômicos e possibilitaram as articulações entre a luta pela sobrevivência e a luta pela defesa do meio ambiente” (SCHERER-WARREN, 2011, p. 100).

Partindo da perspectiva de se articular um projeto sociopolítico de questionamento do modelo autoritário e injusto adotado no país, vários grupos sociais subalternos passaram a se organizar em movimentos sociais. Este campo movimentalista contribuiu para a tematização de assuntos na esfera pública, para certa democratização das relações sociais e para a construção de bandeiras de luta, como a ampliação dos direitos sociais e o direito de participar das decisões políticas (GECD, 1998-1999). Nesta conjuntura política, a partir da década de 1980, no âmbito dos conflitos do campo, ganharam espaço novos sujeitos políticos protagonistas, autodenominados povos e comunidades tradicionais.

Fernandes, Welch e Gonçalves (2014) explicam que o desenvolvimento do capitalismo no campo (desde o latifúndio ao agronegócio) deu-se mediante um processo de expropriação e exploração de povos tradicionais, como o caso dos indígenas, dos quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, babaqueiros, pantaneiros, caiçaras, jangadeiros, pescadores artesanais, camponeses, entre outros. A depender da fonte bibliográfica, estima-se que existam até 25 milhões destes sujeitos no país, cuidando do território e de sua biodiversidade (SILVA, 2007).

É importante destacar que esses povos são chamados de tradicionais não no sentido de povos sem mobilidade histórica ou atraso tecnológico e econômico, e sim “[...] porque todas as mudanças e modernização não foram suficientes para mudá-los no que diz respeito a suas culturas e relação com a natureza” (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2014, p. 75).

De acordo com Silva (2007), a diversidade destes povos se relaciona com processos históricos diferenciados, em que segmentos da sociedade brasileira desenvolveram modos de vida próprios e distintos dos demais, ocasionando riqueza sociocultural e, contraditoriamente, invisibilidade perante a sociedade e as políticas públicas em geral. Esta situação tem se tornado cada vez mais tensa no país, uma vez que as disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato e povos indígenas têm

crescido com o aumento de commodities, como a soja, a cana-de-açúcar e seus derivados (FERNANDES, WELCH, GONÇALVES, 2014).

Os dados da violência no campo corroboram esta afirmação mostrando que os conflitos agrários no Brasil mataram 71 pessoas em 2017, em um ano marcado por massacres no campo, sendo o maior número dos últimos 14 anos, conforme revela o relatório anual da Comissão Pastoral da Terra (JORNAL DO BRASIL, 2018).

Para Grzybowski (1991), o arbítrio e a violência de grandes empresas, latifundiários, empreiteiros e grileiros, com a conivência do Estado, tende a estar acima da legalidade, assim, direitos essenciais são desrespeitados. A oposição a estas situações de violência molda os sujeitos das lutas e muitos movimentos sociais se desenvolvem afirmando direitos da lei instituída contra as práticas vigentes nas relações.

Portanto, a busca pelo resgate de direitos molda a identidade coletiva dos sujeitos em luta, como é o caso dos povos e comunidades tradicionais, que se articulam e se movimentam nas lutas pelos territórios, se contrapondo ao projeto hegemônico de desenvolvimento capitalista. Estes povos podem ser visualizados como grupos sociais étnicos subalternos e podemos compreendê-los da seguinte forma:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2017, s/p).

A articulação política destes povos; como os indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas, religiões de matriz africana, entre outros; culminaram na conquista de direitos e de políticas públicas, ainda que aquém das demandas postas pelo cenário estrutural desigual do país, com concentração fundiária, desigualdade social e impactos ambientais.

A partir disso, destacamos a experiência de articulação política destes grupos sociais étnicos subalternos no Paraná, que revela uma importante estratégia de disputa no processo de luta por direitos e políticas públicas no Estado, como parte dos pontos de cisão da hegemonia existente (SCHLESENER, 2001).

Articulação política dos grupos sociais étnicos subalternos no Paraná: a fundação da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais

Corroborando o entendimento de que a sociedade civil é o espaço por excelência das disputas por hegemonia (SEMERARO, 1999), os diversos grupos sociais étnicos subalternos do Paraná; como indígenas, quilombolas, faxinalenses, pescadores artesanais, benzedoras e benzedores, ilhéus; passaram a se organizar coletivamente em movimentos sociais a partir de um processo histórico de reconstrução de suas identidades coletivas, negando a versão hegemônica adotada pelos órgãos governamentais, que defendia a inevitável extinção destes grupos subalternos como parte inerente da modernização capitalista.

Assim como em âmbito nacional, os conflitos territoriais no Paraná se pautam pela concentração de terras, que se relaciona com o poder político das classes dominantes, sendo reforçada pelas opções político-econômicas adotadas pelo Estado (SERRA, 1991).

No que tange a questão ambiental, este modelo econômico, desde o início, fundou-se na exploração dos recursos naturais marcada pelo caráter imediatista e brutal, de forma predatória e causadora de danos ambientais, alicerçada na convicção de sua inesgotabilidade (SALLES, 2016).

Nesse cenário a ocupação territorial se deu, obviamente, desconsiderando os povos tradicionais que viviam (e vivem) no Paraná, gerando inúmeros conflitos e episódios de violência, como expressão dos interesses econômicos em torno da posse da terra, que se materializam sob a coerção e extermínio dos povos do campo, enquanto sujeitos das classes subalternas.

De acordo com o Assessor da Rede Puxirão⁴, a trajetória de articulação política destes povos partiu do reconhecimento de que havia resistência nos territórios expropriados, “são os posseiros que resistem nos faxinais, assim que falavam, existem nos faxinais a sobrevivência e a resistência contra as madeiras”. Assim como “os posseiros que resistem nos faxinais”, outros grupos étnicos subalternos, como indígenas e quilombolas, seguiam enfrentando os conflitos decorrentes da posse da terra no Paraná.

A partir da década de 1980 somaram-se aos indígenas, quilombolas e faxinalensesos chamados ilhéus do Rio Paraná, sujeitos que sofreram com a desapropriação territorial decorrente da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. No

⁴ Entrevista cedida para a autora em 05 de maio de 2016, na sede da organização não governamental Centro de Apoio ao Campesinato, em Guarapuava – PR.

primeiro momento, mediante a assessoria da Comissão Pastoral da Terra (CPT), estes grupos foram identificados como posseiros e passaram a dialogar com os demais povos que viviam o mesmo processo de expropriação e violência.

Esse encontro político entre os diversos grupos subalternos, somada a conjuntura política nacional de mobilização dos povos tradicionais, permitiu que estes sujeitos coletivos fossem rompendo os processos históricos de desagregação, heterogeneidade e multiplicidade (GRAMSCI, 2002; MONAL, 2003) das lutas. Então, conforme relato dado pela liderança do grupo dos Ilhéus⁵, percebeu-se:

Como trabalhar essa questão e unificar a luta? Porque a demanda do [...] faxinalense é conflito com a questão ambiental, com a legislação. Os ilhéus é a mesma coisa, é questão ambiental e território. O quilombola na mesma situação. Pode ter mais comunidades, como os indígenas também, né? Que não estão agregados nesse sistema, e aí a gente tá perdendo essas forças. [...] Surgiu a ideia da gente criar um primeiro encontro pra discutir isso (Ilhéu, liderança na Rede Puxirão).

Na agregação dos grupos e das lutas, os faxinalenses serviram de base para a construção desta Rede de movimentos sociais. Antes conhecidos como “posseiros que resistem nos faxinais”, estes sujeitos fundaram o movimento Articulação dos Povos Faxinalenses e passaram a questionar contundentemente as estatísticas oficiais existentes acerca dos remanescentes destes povos no Paraná, que atestavam sua gradativa extinção. Para o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), em 2004, havia 44 remanescentes de faxinais no estado, já para o movimento social, com base em mapeamento realizado com metodologia própria, resistiam 277 experiências vivas (SOUZA, 2010).

O protagonismo faxinalense rendeu a estes grupos uma parceria com a Universidade do Estado do Amazonas, no Projeto Nova Cartografia Social⁶, e uma representação na recém-criada Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em 2006 (SIQUEIRA, 2017).

⁵ Entrevista cedida para a autora em 27 de agosto de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Candói – PR.

⁶Para maiores esclarecimentos acerca do Projeto Nova Cartografia Social, acesse <http://novacartografiasocial.com.br/apresentacao/>.

A partir dessas parcerias, o faxinalense, coordenador da Rede Puxirão⁷, relatou: “[...] acabei conhecendo [...] os povos do Brasil que estavam reconhecidos na Comissão [...], vi que a coisa era muito grande [...] e aí fui me dar conta de que parte daquele povo estava no Paraná [...]”.

A negação da existência social dos povos tradicionais, ofuscada pela visão de mundo da hegemonia dominante e de seu projeto societário, acabou forjando uma percepção distorcida da realidade: a de que estes sujeitos das classes subalternas eram povos já extintos. Essa versão hegemônica da história tornou-se tão contundente que o próprio faxinalense coordenador da Rede Puxirão não reconhecia sua classe.

Fatores conjunturais, como a trajetória prévia de mobilização de alguns grupos sociais étnicos no estado, a criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e parcerias com pesquisadores, criaram condições para a articulação política destes sujeitos das classes subalternas. E então, o ilhéu, liderança na Rede Puxirão, relatou que: “[...] Aí resolvemos fazer as cartografias, escrever a história do povo. [...] Fizemos dos ilhéus, dos quilombolas, faxinalenses, as benzedeadas, os pescadores, os cipozeiros [...] fomos unificando e essa luta de unificação foi um avanço pra gente [...]”.⁸

É importante dizer que há registros da mobilização política destes sujeitos no Paraná desde a década de 1970, pelo menos, contudo, tais mobilizações vinham sendo organizadas por segmentos dispersos, desembocando na fragmentação da luta. Analisando na perspectiva da ideologia dominante, ao longo do tempo, o aparato governamental operou no terreno político-cultural da hegemonia agindo para suprimir a história dos grupos subalternos, criando uma situação de invisibilidade social.

No entanto, a partir de uma ampla dinâmica de resistência, estes grupos sociais étnicos subalternos passaram a forjar uma identidade coletiva e compartilhar objetivos comuns, traçando estratégias de luta para galgar posições na sociedade política.

Tal dinâmica expressa o esforço histórico destes sujeitos de se descolarem da hegemonia dominante, reconhecendo a negação das suas existências coletivas como parte de uma concepção de mundo que sustenta o projeto do capital. A articulação política destes sujeitos e grupos é um esforço histórico no sentido de que as classes subalternas

⁷ Entrevista cedida para a autora em 26 de julho de 2017, na residência do entrevistado, na cidade de Pinhão – PR.

⁸ A composição dos povos que integram a Rede Puxirão pode ser conferida em Siqueira (2017), especificamente no Quadro 5.

não são, por definição, unificadas, pelo contrário, apresentam como características a desagregação, a heterogeneidade, a multiplicidade e fragilidade na construção de uma consciência política madura, como resultante da investida da classe dominante para manter a ordem instituída, aniquilando o protagonismo dos subalternos (GRAMSCI, 2002; MONAL, 2003; SIMIONATTO, 2009).

O resultado da articulação destes grupos sociais étnicos pode ser visualizado na fundação, em 2008, da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. Esta rede de movimentos sociais forjou o sujeito coletivo, povos e comunidades tradicionais como um grupo subalterno importante nas disputas por hegemonia no Paraná, pautando questões como a concentração fundiária, a desigualdade social e os danos ambientais do projeto político hegemônico de desenvolvimento, conforme mostra a Carta Final do encontro de fundação.

[...] Nossos territórios estão sendo tomados por grileiros, fazendeiros e empresários inescrupulosos que, movidos por interesses privados, promovem ‘limpezas étnicas e ambientais’ manipulando e associando-se a políticos, governos, juízes, promotores e meios de comunicação, tentando intimidar nossas lideranças por meio de ameaças, repressões, tentativas de homicídio e assassinatos encomendados. Por outro lado, ong’s e poderes públicos, mascarados com o discurso da preservação e conservação ambiental, nos negam os direitos constituídos ‘de ir e vir’, do ‘livre acesso aos nossos territórios e aos recursos naturais tradicionalmente utilizados’ por nós, povos e comunidades tradicionais (REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2008, s/p).

O ato de articular-se coletivamente, colocando-se contrários ao projeto hegemônico de desenvolvimento, situa estes povos como sujeitos políticos que lutam por uma nova hegemonia. Diferentemente da hegemonia burguesa dominante, que para não alterar as relações de desigualdade social e exploração econômica, oculta as contradições estruturais e manipula o consenso (SEMERARO, 1999), a hegemonia pautada pelos grupos étnicos subalternos pode ser entendida nos seguintes termos:

[...] A hegemonia das classes trabalhadoras, ao contrário, ‘não é o instrumento de governo de grupos dominantes que procuram consenso e impõem a hegemonia sobre as classes subalternas’, mas é uma relação pedagógica entre grupos que ‘querem educar a si próprios para a arte do governo e têm interesse em conhecer as verdades, inclusive as desagradáveis’. No processo de formação da nova hegemonia, portanto, deve ser posto, como base, a transparência, ‘dizer a verdade’, instaurar relações pedagógicas e chegar às transformações econômicas e sociais, fundamentais para a construção duma verdadeira democracia. [...] Está toda aqui a substância da concepção hegemônica de Gramsci, identificada com efetiva democracia que promove transformações profundas na estrutura e na superestrutura e gera crescente socialização de poder. Trata-se de verdadeira afirmação de ‘democracia radical’ [...]: elevação das classes subalternas à condição de protagonistas responsáveis e dirigentes de sua própria história (SEMERARO, 1999, p. 81).

Portanto, da condição de subalternidade, fruto do modo de produção capitalista, os grupos sociais étnicos subalternos do Paraná passaram a recontar a “história do povo”, “unificando essa luta”, aqueles “que não estão agregados”, fortalecendo os embates por direitos, criando brechas na hegemonia existente (SCHLESENER, 2001) e demarcando o campo da sociedade civil como espaço de disputa por hegemonia (SEMERARO, 1999).

Segundo o ilhéu, liderança na Rede Puxirão⁹, para os sujeitos dos grupos sociais étnicos subalternos:

A Rede proporcionou a gente conhecer a vida dos outros segmentos, a cultura, porque a gente mesmo às vezes tem preconceito, por não conhecer. E isso, pra nós, é uma riqueza grande! Se alguém perguntar: como é o pescador artesanal do litoral? A gente sabe falar! São pessoas simples, humildes, que sofre as consequências com a legislação do meio ambiente, são

⁹ Entrevista cedida para a autora, em 27 de agosto de 2015, na sede da Prefeitura Municipal de Candói – PR.

muitas vezes atropelados pelo sistema, preso e estão lutando pela vida, simplesmente pela comida, pela saúde, pela liberdade! É por isso que o pessoal luta! Os cipozeiro a mesma coisa, os quilombolas a mesma coisa, os ilhéus a mesma coisa, os faxinalenses também. Enfim, todo mundo na peleia lutando pelo território e pra garantir a sustentabilidade da vida (Ilhéu, Liderança na Rede Puxirão).

A partir do exposto aqui, identificamos os povos e comunidades tradicionais do Paraná como grupos sociais étnicos subalternos, no sentido da abordagem gramsciana, sendo a articulação das classes subalternas um elemento decisivo nos processos de disputa por hegemonia.

Conclusão

Este artigo discutiu o processo de articulação dos grupos sociais étnicos subalternos no Paraná, através da experiência de fundação da Rede Puxirão, como uma estratégia política de disputa na luta por direitos.

Assim como em âmbito nacional, o desenvolvimento político-econômico do Paraná se deu pela via da concentração fundiária, com exploração dos recursos naturais e consolidação da agropecuária de grande porte. Nesse trajeto de desenvolvimento, a diversidade dos povos do campo foi sendo aniquilada pela via da expropriação territorial e da tentativa de aniquilação dos modos de vida e dos saberes tradicionais, ao ponto de as estatísticas oficiais declararem a extinção de alguns grupos, como o caso dos faxinalenses.

A negação da existência social dos grupos subalternos é parte da dinâmica das lutas de classes que se impõe na consolidação da ordem capitalista, onde a dominação política opera pela via político-cultural; além do âmbito propriamente econômico; suprimindo e marginalizando a história dos grupos subalternos, gerando desagregação, heterogeneidade e fragmentação das lutas populares.

No âmbito da sociedade civil, a classe dominante opera o convencimento de que o projeto político-econômico do capital é a opção legítima para a organização da vida em sociedade e as contradições geradas por este modelo são, muitas vezes, descontextualizadas, como a violência no campo e a aniquilação dos modos de vida dos povos tradicionais.

Considerando a sociedade civil como o campo das disputas por hegemonia, espaço onde as concepções de mundo se enfrentam, os povos e comunidades tradicionais do Paraná se colocaram em movimento forjando um espaço coletivo de reconhecimento de identidades sociais, estratégias de luta e reinterpretação de suas histórias, fundando a rede de movimentos sociais intitulada Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

A experiência de trajetória da articulação coletiva da Rede Puxirão, suas lutas e conquistas, denotam um foco de construção de novas relações hegemônicas ainda que, em princípio, sobre pautas específicas. Esta Rede contribuiu para que os povos tradicionais do Paraná se colocassem, enquanto grupos sociais étnicos subalternos, no campo das disputas políticas, tensionando o debate sobre as contradições do projeto hegemônico de desenvolvimento capitalista.

Enquanto saldo desse processo, podemos citar como exemplos: acordos com órgãos ambientais, revendo normas de regulação territorial; conquista de demarcação territorial; legislações municipais que reconhecem povos tradicionais como sujeitos de direitos; a criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Paraná, pela Lei 17.425, de 2012.

A criação da Rede atesta a força social destes grupos sociais étnicos subalternos e nos traz esperança para que, em tempos de barbárie, possamos vislumbrar a existência de inúmeras iniciativas que contestam os valores hegemônicos do capital e projetam uma nova concepção de sociedade e de Estado, a partir de uma nova hegemonia.

Essa nova hegemonia implica a negação de toda forma de domínio e o fim da alienação política, para isso, é preciso “[...] promover a participação política das massas, desenvolver seu protagonismo ativo e consciente [...]” (SEMERARO, 1999, p. 93), sendo a luta de mais de 500 anos dos povos e comunidades tradicionais do Brasil um exemplo de resistência e coragem, na busca pela construção de uma sociedade mais justa para todos e todas.

Referências

BRASIL. Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. **Dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm.> Acesso em: 18 out. 2017.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política.** 14ª. ed. Campinas, São Paulo: Papius, 2008.

COUTINHO, Carlos Nelson. A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e Política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-69.

DEL ROIO, Marcos. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 29, p. 63-78, nov. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew; GONÇALVES, Elienais Constantino. **Os Usos da Terra no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica: UNESCO, 2014.

JORNAL DO BRASIL. **Violência no campo deixou 71 mortos no Brasil em 2017**. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/economia/noticias/2018/06/04/violencia-no-campo-deixou-71-mortos-no-brasil-em-2017/>> Acesso em: 04 ago. 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA (GECD). Sociedade Civil e Democracia: reflexões sobre a realidade brasileira. **Revista Ideias**, Campinas, v. 5, n. 2, p. 13-42. 1998/1999.

GRUPPI, Luciano. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

MONAL, Isabel. Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In: COUTINHO, Nelson; TEIXEIRA, Andréa de Paula (orgs.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 189-200.

PRONKO, Marcela; FONTES, Virgínia. Hegemonia. In: CALDART, Roseli Salette; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 389-395.

REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Carta Final do I Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Guarapuava, 2008. Impresso. Não publicado.

SALLES, Jefferson. **Atores sociais do desmatamento no Paraná 1940 – 1960**: contribuições para uma história da indústria madeireira. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/LIVRO_REFORMA_AGRARIA_E_MEIO_AMBIENTE/PARTE_1_3_JEFFERSON.pdf> Acesso em: 20 jun. 2016.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Movimentos Sociais na América Latina**: revisitando as teorias. Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=movimentos+sociais+na+am%C3%A9rica+latina:+revisitando+as+teorias>> Acesso em: 19 set. 2013.

_____. **Redes de Movimentos Sociais**. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SCHLESENER, Anita Helena. **Gramsci**: hegemonia e cultura. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2001.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a Sociedade Civil**: cultura e educação para a democracia. 2ª. edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

SERRA, Elpídio. Processos de Ocupação e a Luta pela Terra Agrícola no Paraná. 1991. 361 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1991.

SILVA, Marina Osmarina. Saindo da invisibilidade: a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Revista Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 07-09, abr./set. 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Estado e Democracia. In: COSTA. Lucia Cortes da (org.). **Estado e Democracia**: pluralidade de questões. Ponta Grossa: UEPG, 2008. p.13-34.

_____. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12. n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

SIQUEIRA, Rosângela Bujokas de. Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais: possibilidades de disputa de hegemonia política no Paraná – entre 2007/2015. 2017. 270 f. **Tese** (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2017.

SOUZA, Maria Antônia. Movimentos Sociais na Sociedade Brasileira: lutas de trabalhadores e temáticas sócio-ambientais. In: SOUZA, Maria Antônia; COSTA, Lucia Cortes. **Sociedade e Cidadania**: desafios para o século XXI. Ponta Grossa: UEPG, 2005. 73-96.

SOUZA, Roberto Martins de. “Na luta pela terra, nascemos faxinalenses”: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. 2010. 336 f. **Tese** (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

Recebido em 15 de julho de 2019

Aprovado em 14 de agosto de 2019

Editado em 10 de setembro de 2019